

CONTRATO CEDAE Nº 003/2018 (DF)
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
- CEDAE e a MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL
LTDA EPP., na forma abaixo:

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** -, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus representantes ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente e Sr. MARCO ANTONIO FEIJÓ ABREU, Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, doravante denominada **CEDAE**, e a **MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA EPP.**, com sede na Rua Riachuelo, 1.038, sala 906, 9º andar, Centro, Porto Alegre/RS CEP. 90.010-272, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.941.624/0001-64, neste ato representada por meio de seu Sócio Administrador, Sr. GIANCARLO GIACOMINI GERMANY, brasileiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 1053169271 SJS/RS, inscrito no CPF/MF nº 715.691.700-53, residente e domiciliado na Rua Dr. Mario Totta, 257, Bairro Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP. 91.920-130, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de elaboração de estudos técnicos de reavaliação e mensuração do passivo atuarial PRECE, CAC e Prêmio Aposentadoria dos Servidores da CEDAE, de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012 para o exercício de 2017, com fundamento no **processo administrativo nº E-07/100.145/2017**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a executar, para a CEDAE, a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE REAVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL PRECE, CAC E PRÊMIO APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA CEDAE, DE ACORDO COM AS REGRAS DEFINIDAS PELA DELIBERAÇÃO CVM Nº 695/2012, PARA O EXERCÍCIO DE 2017**", obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº 349/2017, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela CEDAE e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **45 (quarenta e cinco) dias** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O prazo acima poderá ser revisto nas hipóteses e na forma do parágrafo 1º, do art.57, da Lei Federal 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE



Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Quinto - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sétimo - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE).

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016

Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110304
Centro de Custos: DF00000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000003.

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço global é atribuído o valor total de **R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, os quais correrão exclusivamente por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, todos os tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O valor dos serviços será irrevogável durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os

documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da CEDAE encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da CEDAE quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela CEDAE poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a CEDAE possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 -. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão ou sub-rogação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da **CEDAE**.

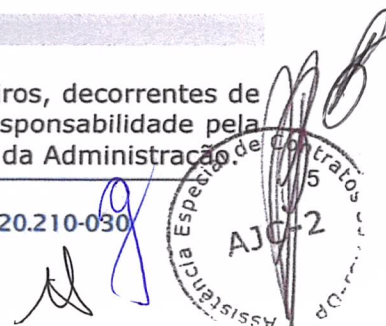
Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo oitavo da Cláusula Quarta do Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** será obrigada a representar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos parágrafo terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à contratada, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Quinto- Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 01 (uma) parcela, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VII do edital.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de

adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação de Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos terceiro e quarto, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo oitavo da cláusula quarta do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão; a subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização escrita da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à

indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CEDAE**.

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Secretário de Estado De Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c" do parágrafo primeiro, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - O valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

- a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
- b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.
- c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

Parágrafo Décimo Quinto - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CEDAE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato."

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados, o Sr. GIANCARLO GIACOMINI GERMANY, portador da cédula de identidade nº 105316927-1, inscrito no CPF sob nº 715.691.700-53, que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - 349/2017 - ASL-DP (Processo E-07/100.145/2017) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


MARCO ANTONIO FEIJÓ ABREU
Diretor de Projetos Estratégicos e
Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:


GIANCARLO GIACOMINI GERMANY
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Contr-MIRADOR-ASSESSORIA-LTDA-EPP-elaboração-estudos-técnicos-atuarial-PE-349-2017-VB

Art. 2º - Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente

Id: 2082299

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.149 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

RECONHECE A APLICABILIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 6.373/12 E DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA E PRAD.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 16/01/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009 e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/03/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/002.4097/2017, referente ao requerimento de licenciamento ambiental da empresa SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS LTDA, para a atividade de extração de areia em cava submersa e areia/areola e argila em cava seca, localizada no Sítio Chavão, Nova Cidade, Zona Rural do 2º Distrito do Município de Rio Bonito, e

- a Lei Estadual nº 6.373, de 27/12/2012, que dispõe sobre critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil.

DELIBERA:

Art. 1º - Reconhecer a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012 para a empresa SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS LTDA, para a atividade de extração de areia em cava submersa e areia/areola e argila em cava seca, localizada no Sítio Chavão, Nova Cidade, Zona Rural do 2º Distrito do Município de Rio Bonito, determinando a mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental - PCA e Projeto de Recuperação da Área Degradada - PRAD.

Art. 2º - Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente

Id: 2082300

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.150 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

RECONHECE A APLICABILIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 6.373/12 E DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA E PRAD.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 16/01/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009 e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/03/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/002.7610/2017, referente ao requerimento de licenciamento ambiental da empresa J. L. CUNHA COMPANHIA - ME para a atividade de extração de seixo na Fazenda Santa Terezinha, localizada na Estrada Hildebrando Alves Barbosa km 6,5, Imbu, Município de Macaé, e

- a Lei Estadual nº 6.373, de 27/12/2012, que dispõe sobre critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil.

DELIBERA:

Art. 1º - Reconhecer a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012 para a empresa J. L. CUNHA COMPANHIA - ME para a atividade de extração de seixo na Fazenda Santa Terezinha, localizada na Estrada Hildebrando Alves Barbosa km 6,5, Imbu, Município de Macaé, determinando a mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental - PCA e Projeto de Recuperação da Área Degradada - PRAD.

Art. 2º - Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente

Id: 2082301

DELIBERAÇÃO CECA/CLF Nº 6.151 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

INDEFERE RECURSO.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 16/01/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009, pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/03/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/002.13519/2017, referente ao recurso interposto, através da Carta GCMB - 334/2017 de 28 de dezembro de 2017, pela COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN para a Usina Presidente Vargas - UPV, situada na Rodovia BR-393 km 5001 s/n, Vila Santa Cecília, Município de Volta Redonda, e

- o pedido de reconsideração da Deliberação CECA nº 6.141, de 07/12/2017, pela CSN,

- o Parecer Conjunto ALGM-GC nº 01/2018, da Procuradoria do INEA, e

- o Parecer da Assessoria Jurídica da SEA, datado de 15/01/2018.

DELIBERA:

Art. 1º - Indeferir o recurso interposto pela COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL à Deliberação CECA nº 6.141, de 07/12/2017.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente

Id: 2082302

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATOS DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

PORTARIA INEA PRES Nº 752 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

REVOGA A PORTARIA INEA/PRES Nº 02, DE 09 DE ABRIL DE 2014.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições, previstas na Lei 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual 41.628, de 12 de jan-

neiro de 2009 e conforme deliberação do Conselho Diretor deste Instituto, em reunião realizada no dia 10 de janeiro de 2018, conforme Processo Administrativo nº E-07/002.14700/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria INEA/VPRES nº 02, de 09 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 70, de 16 de abril de 2014, página 50, que cria Grupo de Trabalho para os fins que menciona, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2018

JOSE MARIA DE MESQUITA JUNIOR
Presidente em Exercício

PORTARIA INEA PRES Nº 753 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

ALTERA A PORTARIA INEA Nº 708, DE 17/04/2017, PUBLICADA NO D.O. DE 18/04/2017.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei 5.101, de 04 de outubro de 2007, no Decreto Estadual 41.628, de 12 de janeiro de 2009, conforme deliberação do Conselho Diretor deste Instituto, em reunião realizada no dia 10 de janeiro de 2018 e processo administrativo nº E-07/002.5096/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Portaria INEA nº 708, de 17/04/2017, publicada em 18/04/2017, de modo a substituir, na composição do Grupo de Trabalho criado para verificar a necessidade de Licença de Operação para as Rodovias no Estado do Rio de Janeiro, a servidora Lorena Costa Procópio, Id. Funcional nº 4373163-5, pelo servidor Luiz Freire da Costa e Silva, Id. Funcional nº 5075551-0.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 19/01/2018

PÁGINA 17 - 3ª COLUMNA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Onde se lê:

ID Avaliado	Avaliado	Cargo	ID Avaliador	Avaliador	AV4	Média Simples	Processo
4461199-4	Marcos Albuquerque Zappa	Engenheiro Ambiental	3244728-0	Eliane Pinto Barbosa	40	41,66	E-07/002.12068/2014

Leia-se:

ID Avaliado	Avaliado	Cargo	ID Avaliador	Avaliador	AV4	Média Simples	Processo
4461199-4	Marcos Albuquerque Zappa	Engenheiro Ambiental	4276575-7	Renata da Mata dos Santos	39	39,33	E-07/002.12089/2014

Id: 2082314

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 04/01/2018

DESIGNA CARLA ROBAINA DE ARAÚJO, Técnico de Contabilidade II, como Presidente, **RENATO FERREIRA COELHO**, Técnico de Contabilidade II, **HELMUT ALEXANDRE DE PAULA**, Contador A, como membros titulares e **RENATO DA SILVA FERREIRA**, Gerente, como membro suplente, Gerente do Contrato **ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Sanamento G, e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE REAVLIAÇÃO E MEDURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL PRECE, CAC E PREMIO APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA CEADE, DE ACORDO COM AS REGRAS DEFINIDAS PELA DELIBERAÇÃO CVM Nº 695/2012, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, de que trata o Processo nº E-07/100.145/2017, Ordem de Serviço "E" nº 14.972/2018.

Id: 2082126

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 18/01/2018

PROCESSO Nº E-17/100.152/2017 - PE Nº 341/2017 - ASL-OP - Adjudicação dos itens 01, 04, 05, 07, 09, 11, 12 e 14, objeto do Pregão Eletrônico nº 341/2017, à empresa Arch Química Brasil Ltda.

Id: 2082244

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA PRES/ITERJ Nº 167 DE 02 DE JANEIRO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIA PARA OS FINS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no uso das atribuições dispostas no inciso IX e § 1º do art. 82 da Lei nº 287/79 e parágrafo único do art. 35 do Decreto Estadual 3.149/80, bem como considerando os Artigos 58 e 75 da Lei Federal nº 4.320/64 e o art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a competência prevista no art. 82 da Lei nº 287/79 e art. 35 do Decreto nº 3.149/80, à Diretora da Diretoria de Cadastro e Cartografia - Nádia Oliveira da Costa - ID Funcional 434718-7, devendo a mesma ser "ORDENADOR DE DESPESAS" na Unidade Orçamentária deste Instituto, quando na condição de solicitante de despesa afeta a sua Diretoria, e com isso autorizar:

I - Autorizar as emissões das Notas de Empenho bem como as Notas de Autorização de Despesas, Liquidação e Programação de Desembolso, à conta dos Programas de Trabalho das respectivas Unidades deste Instituto;

II - Autorizar a abertura, dispensa e inexistibilidade de licitação, bem como assinar os Instrumentos Contratuais, Convênios, alterações e Reconhecimento de Dívida;

III - Aplicar ou revelar as penalidades pecuniárias e administrativas previstas na legislação pertinente, quando comprovado o descumprimento de obrigações contratuais, inclusive quando a inobservância de prazos nos casos de fornecimento de materiais, prestação de serviços e/ou execução de obras;

IV - Assinar em conjunto com esta Presidência os seguintes documentos: Cheque e Ordens Bancárias, de Pagamento e demais títulos que possam criar obrigações para esta Autarquia e movimentar todas as contas bancárias abertas e existentes em nome do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, nos termos do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública aprovado pela Lei nº 287/79; e

V - Autorizar despesas referentes a diárias e passagens, bem como autorizar e aprovar adiantamentos à conta dos Programas de Trabalho das respectivas Unidades deste Instituto;

Art. 2º - Dê-se ciência da presente Portaria ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Auditoria Geral do Estado da Secretaria

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2018

JOSE MARIA DE MESQUITA JUNIOR
Presidente em Exercício

Id: 2082312

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO DA GERENTE

DE 19.01.2018

PROCESSO Nº E-07/002.2779/2014 - De acordo com o Decreto nº 2.479/79, procedemos à apuração de Tempo de Serviço, para fim de Licença Prêmio, do servidor CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARCHON LEAO, Id. nº 2869406-6, Cargo Engenheiro. Sendo assim, AUTORIZO a concessão de 03 (três) meses do benefício, tendo em vista o direito, relativos aos períodos base de 22/08/2010 a 20/08/2015.

Id: 2082310

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

COORDENADORIA GERAL DE FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 08/01/2018

PÁGINA 19 - 2ª COLUMNA

DESPACHO DO COORDENADOR

DE 27.12.2017

Processo nº E-07/056214/2009

Onde se lê: "...TAC,INEA01/16..."

Leia-se: "...TAC,INEA01/16..."

Id: 2082313

de Estado de Fazenda e Planejamento, nos termos do parágrafo único do art. 289, da Lei nº 287/79.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02.01.2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2018

ELISABETH MAYUMI SONE DE RIBEIRO
Presidente

Id: 2082323

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DA PRESIDENTE

DE 16.01.2018

PROCESSO Nº E-07/020/007/2018 - HOMOLOGO a presente decisão no sentido do deferimento do Adicional de Qualificação, em favor do servidor EMMANUEL FERNANDES VIEIRA, Id. Funcional 4436333-9, cargo de Analista de Desenvolvimento Fundiário - Agrimensura.

Id: 2082274

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DA DIRETORA-GERAL

DE 18.01.2018

PROCESSO Nº E-02/007/001969/2017 - HOMOLOGO o resultado da licitação para a contratação de consultoria, Método de Seleção Baseado nas Qualificações do Consultor (SQC), realizada em 14/12/17, cujo objeto foi adjudicado nos termos do art. 5º, inc. V, do precatório Regulamento, na forma que segue à Empresa: O-KEE SOLUÇÕES EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. ME - Consultoria para o Levantamento, Elaboração de Projetos Técnicos, Elaboração de Termos de Referência e Supervisão de Obras de Engenharia Civil para as Reformas dos Prédios da SEAPP e Vinculadas Financiadas pelo Banco Mundial, no valor de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais).

Id: 2082273

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,

PESCA E ABASTECIMENTO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO S/A

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 17.01.2018

PROCESSO Nº E-02/004/553/2017 - HOMOLOGO o resultado da licitação na modalidade Concorrência Pública nº 008/2017, cujo objeto é a permissão remunerada de uso de área localizada no Pavilhão P, módulos 10, 11, 12, 13 e 14, Unidade II - São Gonçalo, cada módulo medindo 65.00m², adjudicados em favor das empresas: MARVEL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, referente aos Módulos 10 e 12, na qual ofertou respectivamente os valores de R\$ 49.520,00 (quarenta e nove mil quinhentos e vinte reais) e R\$ 49.510,00 (quarenta e nove mil quinhentos e dez reais); ONDA NATURAL COMERCIO DE FRUTAS EIRELI ME, referente ao Módulo 11, na qual ofertou o valor de R\$ 49.560,00 (quarenta e nove mil reais e sessenta reais); AGROBASE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, referente aos Módulos 13 e 14, na qual ofertou respectivamente os valores de R\$ 49.530,00 (quarenta e nove mil quinhentos e trinta reais) e R\$ 49.550,00 (quarenta e nove mil quinhentos e cinquenta reais)

Id: 2082251

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,

PESCA E ABASTECIMENTO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO S/A

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 17.01.2018

PROCESSO Nº E-02/004/572/2017 - HOMOLOGO o resultado da licitação na modalidade Concorrência Pública nº 007/2017, cujo objeto

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00148592

NOME: Posto de Gasolina Vasco Gama Soares LTDA. CNPJ/CPF Nº: 04.599.222/0001-62. ENDEREÇO: Estrada Adriãoópolis, 2560. MUNICÍPIO: Nova Iguaçu - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 3.172,61. PROCESSO Nº E-07/002.6566/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00148727

NOME: Katrium Indústrias Químicas S.A. CNPJ/CPF Nº: 28.789.998/0002-55. ENDEREÇO: Estrada João Paulo, 530 - Parte. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Art. 87, da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 79.711,45. PROCESSO Nº E-07/002.12874/2016.

Id: 2082308

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 006/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, torna público a revogação da Concorrência Nacional nº 006/2017, para empresa especializada na prestação de serviço de Operação e Manutenção da Rede Automática de Monitoramento da qualidade do Ar e Meteorologia do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que as licitantes apresentem contradição sobre o ato de revogação. Processo nº E-07/002.6076/2016.

Id: 2082309

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 003/2018 (DF).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA EPP.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de estudos técnicos de reavaliação e mensuração do passivo atuarial preço, CAC e prêmio apostador dos servidores da CEDAE, de acordo com as regras definidas pela deliberação CVM nº 695/2012, para o exercício de 2017.
PRAZO: 45 (quarenta e cinco) dias.
VALOR: R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 15/01/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.145/2017 (Pregão Eletrônico nº 349/2017).

Id: 2082125

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO.
PARTES: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE.
OBJETO: Alteração da sistemática da prestação dos serviços de arrecadação a serem feitos pelo BANCO, tendo em vista o término da vigência do Contrato de Cessão celebrado entre a CEDAE e o FUNDO em 26.05.2017. E a inclusão das cláusulas referentes ao serviço de débito automático.
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: Sem alteração do valor contratual.
DATA DA ASSINATURA: 05/12/2017.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.449/2016.

Id: 2082330

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 012/2016 (DT).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO COLLET - PB.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução das obras e alteração de itens da planilha orçamentária, com alteração do valor inicialmente contratado.
PRAZO: 450 (quatrocentos e cinquenta) dias.
VALOR A REDUZIR: R\$ 772.810,04 (setecentos e setenta e dois mil oitocentos e dez reais e quatro centavos).
DATA DA ASSINATURA: 18/01/2017.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.371/2014 (CN nº 012/2014).

Id: 2082331

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 011/2016 (DT).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO TELAR-CONTRACTA.
OBJETO: Alteração de itens da planilha orçamentária, com alteração do valor inicialmente contratado.
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR A REDUZIR: R\$ 58.011,16 (cinquenta e oito mil onze reais e dezesseis centavos).
DATA DA ASSINATURA: 18/01/2017.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.658/2017 (CN nº 011/2014).

Id: 2082333

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência Nacional - CN nº 202/2017.
OBJETO: Prestação de serviços de apoio à gestão administrativa (gestão e desenvolvimento institucional), visando acrescentar melhoria na qualidade dos serviços prestados pela CEDAE a ser executado na forma indireta por pessoa jurídica, sob o regime de empreitada por preço unitário.
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe será realizada no dia 22/02/2018, no mesmo horário e local, anteriormente divulgados.

Id: 2082394

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

AVISO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

WORLD BANK

FINANCIAMENTO ADICIONAL DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS

PAÍS: BRASIL

Nº ACORDO DE EMPRÉSTIMO: 8200-BR

Proposta Especial nº: 001/2018
Escopo da Proposta: Fornecimento de Móveis de Escritório.
Duração da Proposta: 60 (sessenta) dias.
Moeda de Avaliação: Real

Adjudicatário

Nome: ALVES E FILHOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME.
Endereço: Rua Leandro Martins nº 07 - Sala 206 - Bairro: Centro - Cidade: Rio de Janeiro - Unidade Federativa: Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.080-070
Preço da Oferta na Abertura da Proposta: R\$ 42.314,00
Preço Avaliado (na Moeda de Avaliação): R\$ 42.314,00
Preço do Contrato (na Moeda de Avaliação): R\$ 42.314,00

Licitação Avaliada

Nome: ALVES E FILHOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME.
Endereço: Rua Leandro Martins nº 07 - Sala 206 - Bairro: Centro - Cidade: Rio de Janeiro - Unidade Federativa: Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.080-070
Preço da Oferta na Abertura da Proposta: R\$ 42.314,00
Preço Avaliado (na Moeda de Avaliação): R\$ 42.314,00

Licitação Rejeitada

Não Aplicável

Id: 2082276

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Convênio nº 06/2017 - Sem Transferência de Recursos
PARTES: Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB e o Município de Queimados
OBJETO: o Convênio tem por objetivo a cooperação recíproca entre as partes, sem transferência recursos, visando à implantação de uma Unidade de Atendimento SINE-RJ
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da sua

publicação do seu extrato, com efeitos a contar de 11 de dezembro de 2017.
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.860/93, Lei nº 287/79 e Decretos nº 3149/80 e nº 19.600/94.
PROCESSO Nº E-22/001/240/2017
DATA DE ASSINATURA: 11/12/2017
*Omitido no D.O. de 12/12/2017.

Id: 2082191

Secretaria de Estado de Cultura

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 30/10/2017
PÁGINA 25 - 3ª COLUNA
EDITAIS

Número do processo E-18/001/1117/2017

Onde se lê:

01 Valor total incentivado: R\$ 52.000,00
Valor total de contrapartida: R\$ 13.000,00

Leia-se:

01 Valor total incentivado: R\$ 260.000,00
Valor total de contrapartida: R\$ 65.000,00

Número do processo E-18/001/1117/2017

Onde se lê:

01 Valor total incentivado: R\$ 28.000,00
Valor total de contrapartida: R\$ 7.000,00

Leia-se:

01 Valor total incentivado: R\$ 140.000,00
Valor total de contrapartida: R\$ 35.000,00

Id: 2082090

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 18/09/2017
PÁGINA 26 - 3ª COLUNA
EDITAIS

Processo nº E-18/001/934/2017

Onde se lê:

II - Título do projeto Cirque Du Soleil
Leia-se:
II - Título do projeto Cirque Du Soleil - Amaluna

Id: 2082168

Secretaria de Estado de Direitos Humanos e
Políticas para Mulheres e Idosos

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2017.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos, e o Município de Petrópolis, através da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.
OBJETO: Promover a mútua colaboração entre os ora contraentes, para a apuração e esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no Estado do Rio de Janeiro, particularmente no Município de Petrópolis, no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica CMV (localizado na Avenida Koeler, nº 260, centro Petrópolis).
VIGÊNCIA: O presente Acordo de Cooperação Técnica por 01 (um) ano, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, sendo prorrogável por igual período, mediante a celebração do Acordo de Cooperação Técnica com Aditivo.
FUNDAMENTO LEGAL: Regido pelas disposições contidas na Lei 8.860/93, e suas alterações, e demais dispositivos da legislação aplicável à matéria.
DATA DE ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017.
PROCESSO Nº E-31/001/55/217.

Id: 2082369

Você fala conosco por aqui!



Canal aberto para o cidadão fazer reclamações, críticas, sugestões, elogios e pedidos de orientação

☎ 0800 025 3231

✉ ouvidoria@tce.rj.gov.br

🌐 www.tce.rj.gov.br

